

Teoria do Conhecimento

A necessidade de procurar explicar o mundo dando-lhe um sentido e descobrindo-lhe as leis ocultas é tão antiga como o próprio Homem, que tem recorrido para isso quer ao auxílio da magia, do mito e da religião, quer, mais recentemente, à contribuição da ciência e da tecnologia. Mas é sobretudo nos últimos séculos da nossa História, que se tem dado a importância crescente aos domínios do **conhecimento** e da **ciência**. E se é certo que a preocupação com este tipo de questões remonta já à Grécia antiga, é porém a partir do séc. XVIII que a palavra ciência adquire um sentido mais preciso e mais próximo daquele que hoje lhe damos. É também sobretudo a partir desta época que as implicações da atividade científica na nossa vida quotidiana se têm tornado tão evidentes, que não lhe podemos ficar indiferentes. O que é o conhecimento científico, e como se adquire, o que temos implícito quando dizemos que conhecemos determinado assunto, em que consiste a prática científica, que relação existe entre o conhecimento científico e o mundo real, quais as consequências práticas e éticas das descobertas científicas, são alguns dos problemas com que nos deparamos frequentemente. Diante desses questionamentos, este trabalho pretende fazer um apanhado geral acerca da Teoria do Conhecimento, suas correntes e representantes, de modo que se torne mais fácil a sua compreensão.

Conceito

A **teoria do conhecimento**, se interessa pela investigação da natureza, fontes e validade do conhecimento. Entre as questões principais que ela tenta responder estão as seguintes. O que é o conhecimento? Como nós o alcançamos? Podemos conseguir meios para defendê-lo contra o desafio cético? Essas questões são, implicitamente, tão velhas quanto a filosofia. Mas, primordialmente na era moderna, a partir do século XVII em diante - como resultado do trabalho de Descartes (1596-1650) e Locke (1632-1704) em associação com a emergência da ciência moderna - é que ela tem ocupado um plano central na filosofia. Basicamente é conceituada como o estudo de assuntos que outras ciências não conseguem responder e se divide em quatro partes, sendo que três delas possuem correntes que tentam explicá-las: I - O conhecimento como problema, II - Origem do Conhecimento e III - Essência do Conhecimento e IV - Possibilidade do Conhecimento.

Principais correntes e seus representantes

A) O Conhecimento Quanto à Origem

A polêmica racionalismo-empirismo tem sido uma das mais persistentes ao longo da história da filosofia, e encontra eco ainda hoje em diversas posições de epistemólogos ou filósofos da ciência. Abundam, ao longo da linha constituída nos seus extremos pelo racionalismo e pelo empirismo radicais, as posições intermédias, as tentativas de conciliação e de superação, como veremos a seguir.

- **Empirismo**

“O empirismo pode ser definido como a asserção de que todo conhecimento sintético é baseado na experiência.” (Bertrand Russell).

Conceitua-se empirismo, como a corrente de pensamento que sustenta que a experiência sensorial é a origem única ou fundamental do conhecimento.

Originário da Grécia Antiga, o empirismo foi reformulado através do tempo na Idade Média e Moderna, assumindo várias manifestações e atitudes, tornando-se notável as distinções e divergências existentes. Porém, é notório que existem características fundamentais, sem as quais se perde a essência do empirismo e a qual, todos os autores conservam, que é a tese de que todo e qualquer conhecimento sintético haure sua origem na experiência e só é válido quando verificado por fatos metodicamente observados, ou se reduz a verdades já fundadas no processo de pesquisa dos dados do real, embora, sua validade lógica possa transcender o plano dos fatos observados.

Como já foi dito anteriormente, existe no empirismo divergência de pensamentos, e é exatamente esse aspecto que abordaremos a seguir. São três, as linhas empíricas, sendo elas: a integral, a moderada e a científica.

O empirismo integral reduz todos os conhecimentos – inclusive os matemáticos – à fonte empírica, àquilo que é produto de contato direto e imediato com a experiência. Quando a redução é feita à mera experiência sensível, temos o sensismo (ou sensualismo). É o caso de John Stuart Mill, que na obra Sistema da Lógica diz que todos os conhecimentos científicos resultam de processos indutivos, não constituindo exceção as verdades matemáticas, que seriam resultado de generalizações a partir de dados da experiência. Ele apresenta a indução como único método científico e afirma que nela resolvem-se tanto o silogismo quanto os axiomas matemáticos.

O empirismo moderado, também denominado genético-psicológico, explica que a origem temporal dos conhecimentos parte da experiência, mas não reduz a ela a validade do conhecimento, o qual pode ser não-empiricamente válido (como nos casos dos juízos analíticos). Uma das obras baseadas nessa linha é a de John Locke (Ensaio sobre o Entendimento Humano), na qual ele explica que as sensações são ponto de partida de tudo aquilo que se conhece. Todas as idéias são elaborações de elementos que os sentidos recebem em contato com a realidade.

Como já foi dito, para os moderados há verdades universalmente válidas, como as matemáticas, cuja validade não assenta na experiência, e sim no pensamento. Na doutrina de Locke, existe a admissão de uma esfera de validade lógica a priori e, portanto não empírica, no que concerne aos juízos matemáticos.

Por fim, há o empirismo científico, que admite como válido, o conhecimento oriundo da experiência ou verificado experimentalmente, atribuindo aos juízos analíticos significações de ordem formal enquadradas no domínio das fórmulas lógicas. Esta tendência está longe de alcançar a almejada “unanimidade científica”.

- **Racionalismo**

É a corrente que assevera o papel preponderante da razão no processo cognoscitivo, pois, os fatos não são fontes de todos os conhecimentos e não nos oferecem condições de “certeza”.

Um dos grandes representantes do racionalismo, Gottfried Leibniz, afirma em sua obra *Novos Ensaio sobre o Entendimento Humano*, que nem todas as verdades são verdades de fato; ao lado delas, existem as verdades de razão, que são aquelas inerentes ao próprio pensamento humano e dotadas de universalidade e certeza (como por exemplo, os princípios de identidade e de razão suficiente), enquanto as verdades de fato são contingentes e particulares, implicando sempre a possibilidade de correção, sendo válidas dentro de limites determinados.

Ainda retratando o pensamento racionalista, encontramos René Descartes, adepto do inatismo, que afirma que somos todos possuidores, enquanto seres pensantes, de uma série de princípios evidentes, idéias natas, que servem de fundamento lógico a todos os elementos com que nos enriquecem a percepção e a representação, ou seja, para ele, o racionalismo se preocupa com a idéia fundante que a razão por si mesma logra atingir.

Esses dois pensadores podem ser classificados como representantes do racionalismo ontológico, que consiste em entender a realidade como racional, ou em racionalizar o real, de maneira que a explicação conceitual mais simples, se tenha em conta a mais simples e segura explicação da realidade.

Existe também uma outra linha racionalista, originada de Aristóteles, denominada intelectualismo, que reconhece a existência de “verdades de razão” e, além disso, atribui à inteligência função positiva no ato de conhecer, ou seja, a razão não contém em si mesma, verdades universais como idéias natas, mas as atinge à vista dos fatos particulares que o intelecto coordena. Concluindo: o intelecto extrai os conceitos ínsitos no real, operando sobre as imagens que o real oferece.

Hessen, um dos adeptos do intelectualismo, lembra que há nele uma concepção metafísica da realidade como condição de sua gnoseologia, que é conceber a realidade como algo de racional, contendo no particularismo contingente de seus elementos, as verdades universais que o intelecto “lê” e “extrai”, realizando-se uma adequação plena entre o entendimento e a realidade, no que esta tem de essencial.

Por fim, devemos citar uma ramificação do racionalismo que alguns autores consideram autônoma, que é o Criticismo.

O criticismo é o estudo metódico prévio do ato de conhecer e dos modos de conhecimento, ou seja, uma disposição metódica do espírito no sentido de situar, preliminarmente o problema do conhecimento em função da relação “sujeito-objeto”, indagando as suas condições e pressupostos. Ele aceita e recusa certas afirmações do empirismo e racionalismo, por isso, muitos autores acreditam em sua autonomia. Entretanto, devemos entender tal posição como uma análise crítica e profunda dos pressupostos do conhecimento.

Seu maior representante, Immanuel Kant, tem como marca a determinação a priori das condições lógicas das ciências. Ele declara que o conhecimento não pode prescindir da experiência, a qual fornece o material cognoscível e nesse ponto coincide com o

empirismo. Porém, sustenta também que o conhecimento de base empírica não pode prescindir de elementos racionais, tanto que só adquire validade universal quando os dados sensoriais são ordenados pela razão. Segundo palavras do próprio autor, “os conceitos sem as intuições são vazios; as intuições sem os conceitos são cegas”.

Para ele, o conhecimento é sempre uma subordinação do real à medida do humano.

Conclui-se então, que pela ótica do criticismo, o conhecimento implica sempre numa contribuição positiva e construtora por parte do sujeito cognoscente em razão de algo que está no espírito, anteriormente à experiência do ponto de vista gnosiológico.

B) O Conhecimento Quanto à Essência

Nessa parte do estudo, analisaremos o ponto da Teoria do Conhecimento em que há mais divergências, sendo estas fundamentais pra o pleno conhecimento do assunto, que é o realismo e o idealismo.

• Realismo

Sabendo que a palavra realismo vem do latim res (coisa), podemos conceituar essa corrente como a orientação ou atitude espiritual que implica uma preeminência do objeto, dada a sua afirmação fundamental de que nós conhecemos coisas. Em outras palavras, é a independência ontológica da realidade, ou seja, o sujeito em função do objeto.

O realismo é subdividido em três espécies. O realismo ingênuo, o tradicional e o crítico.

O realismo ingênuo, também conhecido como pré-filosófico, é aquele em que o homem aceita a identidade de seu conhecimento com as coisas que sua mente menciona, sem formular qualquer questionamento a respeito de tal coisa. É a atitude do homem comum, que conhece as coisas e as concebem tais e quais aparecem.

Já o realismo tradicional é aquele em que há uma indagação a respeito dos fundamentos, há uma procura em demonstrar se as teses são verdadeiras, surgindo uma atitude propriamente filosófica, seguindo a linha aristotélica.

Por último, podemos citar o realismo científico, que é a linha do realismo que acentua a verificação de seus pressupostos concluindo pela funcionalidade sujeito-objeto e distinguindo as camadas conhecíveis do real como a participação - não apenas criadora - do espírito no processo gnosiológico. Para os seguidores desse pensamento, conhecer é sempre conhecer algo posto fora de nós, mas que, se há conhecimento de algo, não nos é possível verificar se o objeto - que nossa subjetividade compreende - corresponde ou não ao objeto tal qual é em si mesmo.

Há portanto, no realismo, uma tese ou doutrina fundamental de que existe uma correlação ou uma adequação da inteligência a “algo” como objeto do conhecimento, de maneira que nós conhecemos quando a nossa sensibilidade e inteligência se conformam a algo de exterior a nós. De acordo com o modo de compreender-se essa “referibilidade

a algo”, bifurca-se o realismo em tradicional e o crítico, que são as duas linhas pertinentes à filosofia.

• Idealismo

Surgiu na Grécia Antiga com Platão, denominado de idealismo transcendente, onde as idéias ou arquétipos ideais representam a realidade verdadeira, da qual seriam as realidades sensíveis, meras cópias imperfeitas, sem validade em si mesmas, mas sim enquanto participam do ser essencial. O idealismo de Platão reduz o real ao ideal, resolvendo o ser em idéia, pois como ele já dizia, as idéias são o sol que ilumina e torna visíveis as coisas.

Alguns autores entendem que a doutrina platônica poderia ser vista como uma forma de realismo, pois para eles, o idealismo “verdadeiro” é aquele desenvolvido a partir de Descartes.

O que interessa à Teoria do Conhecimento, é o idealismo imanentista, que afirma que as coisas não existem por si mesmas, mas na medida e enquanto são representadas ou pensadas, de maneira que só se conhece aquilo que se insere no domínio de nosso espírito e não as coisas como tais, ou seja, há uma tendência a subordinar tudo à formas espirituais ou esquemas. No idealismo, que é a compreensão do real como idealidade (o que equivale dizer a realidade como espírito), o homem cria um objeto com os elementos de sua subjetividade, sem que algo preexista ao objeto (no sentido gnosiológico).

Sintetizando, o idealismo é a doutrina ou corrente de pensamento que subordina ou reduz o conhecimento à representação ou ao processo do pensamento mesmo, por entender que a verdade das coisas está menos nelas do que em nós, em nossa consciência ou em nossa mente, no fato de serem “percebidas” ou “pensadas”.

Dentro dessa concepção existem duas orientações idealistas. Uma é a do idealismo psicológico ou conscienciológico, onde o que se conhece não são as coisas e sim a imagem delas. Podemos conceituá-lo como aquele em que a realidade é cognoscível se e enquanto se projeta no plano da consciência, revelando-se como momento ou conteúdo de nossa vida interior. Também chamado de idealismo subjetivo, este diz que o homem não conhece as coisas, e sim a representação que a nossa consciência forma em razão delas. Seus representantes são Hume, Locke e Berkeley.

A outra é a orientação idealista de natureza lógica, que parte da afirmação de que só conhecemos o que se converte em pensamento, ou é conteúdo de pensamento. Ou seja, o ser não é outra coisa senão idéia.

Seu maior representante, Hegel, diz em uma de suas obras que nós só conhecemos aquilo que elevamos ao plano do pensamento, de maneira que só há realidade como realidade espiritual.

Resumindo: na atitude psicológica, ser é ser percebido e na atitude lógica, ser é ser pensado.

C) Possibilidade do Conhecimento

Essa parte da teoria do conhecimento é responsável por solucionar a seguinte questão: qual a possibilidade do conhecimento?

Para que seja possível respondê-la, muitos autores recorrem a duas importantes posições: o dogmatismo e o ceticismo, os quais veremos abaixo.

• Dogmatismo

É a corrente que se julga em condições de afirmar a possibilidade de conhecer verdades universais quanto ao ser, à existência e à conduta, transcendendo o campo das puras relações fenomenais e sem limites impostos a priori à razão.

Existem duas espécies de dogmatismo: o total e o parcial.

O primeiro é aquele em que a afirmação da possibilidade de se alcançar a verdade última é feita tanto no plano da especulação, quanto no da vida prática ou da Ética. Esse dogmatismo intransigente, quase não é adotado, devido à rigurosidade de adequação do pensamento. Porém, encontramos em Hegel a expressão máxima desse tipo de dogmatismo, pois, existe em suas obras uma identificação absoluta entre pensamento e realidade. Como o próprio autor diz “o pensamento, na medida em que é, é a coisa em si, e a coisa em si, na medida em que é, é o pensamento puro”.

Já o parcial, adotado em maior extensão, tem um sentido mais atenuado, na intenção de afirmar-se a possibilidade de se atingir o absoluto em dadas circunstâncias e modos quando não sob certo prisma. Ou seja, é a crença no poder da razão ou da intuição como instrumentos de acesso ao real em si.

Alguns dogmáticos parciais se julgam aptos para afirmar a verdade absoluta no plano da ação. Entretanto, outros somente admitem tais verdades no plano especulativo. Daí origina-se a distinção entre dogmatismo teórico e dogmatismo ético.

O dogmatismo ético tem como adeptos Hume e Kant, que duvidavam da possibilidade de atingir as verdades últimas enquanto sujeito pensante (*homo theoreticus*) e afirmavam as razões primordiais de agir, estabelecendo as bases de sua Ética ou de sua Moral.

Por conseguinte, temos como adepto do dogmatismo teórico, Blaise Pascal, que não duvidava de seus cálculos matemáticos e da exatidão das ciências enquanto ciências, mas era assaltado por dúvidas no plano do agir ou da conduta humana.

• Ceticismo

Consiste numa atitude dubitativa ou uma provisoriabilidade constante, mesmo a respeito de opiniões emitidas no âmbito das relações empíricas. Essa atitude nunca é abandonada pelo ceticismo, mesmo quando são enunciados juízos sobre algo de maneira provisória, sujeitos a refutação à luz de sucessivos testes.

Ou seja, o ceticismo se distingue das outras correntes por causa de sua posição de reserva e de desconfiança em relação às coisas.

Há no ceticismo – assim como no dogmatismo – uma distinção entre absoluto e parcial, ressaltando que este último não será discutido nesse trabalho.

O ceticismo absoluto é oriundo da Grécia e também denominado pirronismo. Prega a necessidade da suspensão do juízo, dada a impossibilidade de qualquer conhecimento certo. Ele envolve tanto as verdades metafísicas (da realidade em si mesma), quanto as relativas ao fundo dos fenômenos. Segundo essa corrente, o homem não pode pretender nenhum conhecimento por não haver adequação possível entre o sujeito cognoscente e o objeto conhecido. Ou seja, para os céticos absolutos, não há outra solução para o homem senão a atitude de não formular problemas, dada a equivalência fatal de todas as respostas.

Um dos representantes do ceticismo de maior destaque na filosofia moderna é Augusto Comte.

Conclusão

Esse trabalho buscou de forma concisa reunir informações gerais acerca da Teoria do Conhecimento, baseando-se na visão de Miguel Reale, reunindo conceitos e origem de algumas correntes, seus objetivos e representantes.

Bibliografia

Reale, Miguel, Introdução à filosofia. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. p. 65-76;85-89; 119-123.

Por: Érika Batista Santos

<http://www.coladaweb.com/filosofia/teoria-do-conhecimento>